




PARECER

Nº 2372/2013¹

DESPACHO	
<input checked="" type="checkbox"/>	DOU CIÊNCIA
<input type="checkbox"/>	INCLUA-SE NO EXPEDIENTE
<input checked="" type="checkbox"/>	JUNTE-SE AO PL 68/13
EM 19 / AGO / 2013	
de 	
a PRESIDENTE DA COMISSÃO	

PL - Poder Legislativo. Projeto de Lei do Executivo que o autoriza a realizar acordo extrajudicial. Condições. Legalidade, em princípio.

CONSULTA:

Consulta uma Câmara sobre o Projeto de Lei, recebido do Executivo, que autoriza o Município a celebrar termo de transação extrajudicial para quitar débitos decorrentes de condenação em danos morais e materiais e dá outras providências.

RESPOSTA:

O Projeto de Lei autoriza a realização de acordo em vista de condenação judicial; afirma que o acordo será levado à homologação do Juízo (art. 475-N, V, do CPC); fixa o valor, a ser pago em parcelas mensais no presente exercício. E autoriza a abertura de crédito adicional especial.

Acordos podem ser feitos administrativamente ou em qualquer fase processual, inclusive depois de finda a execução. Só não pode ser realizado depois de emitido o precatório.

A Administração não pode fazer qualquer acordo. Só são cabíveis aqueles que, representando dívidas inquestionáveis, atendam ao princípio da economicidade ou que resultem em evidente vantagem para o

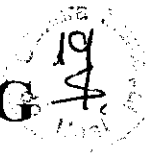
¹PARECER SOLICITADO POR DANIEL LEÃO LUCAS, CONSULTOR LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL (UNAÍ-MG)

CMV. 19/09/13

Senhor Presidente CCJ,

Colocar em votação a inclusão do preceito do IBAM no projeto de Lei do Executivo

Daniel Leão Lucas
Daniel Leão Lucas
Consultor Legislativo



interesse público, sob pena de responsabilidade do agente, em razão do princípio da indisponibilidade dos bens e haveres públicos. As vantagens a serem obtidas pelos acordos devem estar acima de quaisquer dúvidas.

Esclarece, a respeito, Florivaldo Dutra de Araújo:

"A indisponibilidade dos interesses públicos impõe que estes não estejam à livre disposição do administrador, pois este é apenas aquele que tem a obrigação de curá-los satisfatoriamente, dentro dos parâmetros legais. É desse postulado que decorrem os princípios da legalidade, da isonomia dos administrados diante da Administração, da inalienabilidade dos direitos relativos ao interesse público e do controle sobre os atos administrativos, dentre outros". (In *Motivação e Controle do Ato Administrativo*, Belo Horizonte: Del Rey, 1992. p. 106).

De outro lado, a Administração deve obediência ao princípio da legalidade, nada podendo fazer que não esteja previsto na lei (CF, *caput* do art. 37). Desse modo, para que acordos judiciais sejam feitos, é necessário que haja lei. A respeito, o Tribunal de Contas de Santa Catarina tomou a seguinte decisão, entre outras de semelhante teor:

"Os agentes do Estado somente podem praticar atos para os quais estejam autorizados por norma válida. O poder de transigir ou de renunciar não se configura se a lei não o prevê. O acordo judicial, portanto, é possível, desde que existente norma legal autorizativa." (In *Decisões em Consultas - Prejulgados*, Florianópolis, Tribunal de Contas, 1998).

Em suma, o Projeto de Lei trazido à análise, que autoriza a realização do acordo apontado e prevê a abertura de crédito adicional especial para atender à despesa, pode ser aprovado, desde que haja



CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



demonstração inequívoca das vantagens resultantes.

É o parecer, s.m.j.

Afonso de Aragão Peixoto Fortuna
Consultor Técnico

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2013.